

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário V

Procedimentos Especiais

Parte XVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

Capítulo LII – Procedimentos Especiais

§ 181	– Generalidades	
1.193	– Conceito	3
1.194	– Razão de ser dos procedimentos especiais	4
1.195	– Técnicas de especialização procedimental	5
1.196	– Complementação das regras procedimentais	6
1.197	– Pressupostos dos procedimentos especiais	7
1.198	– Erro na adoção do procedimento	7

Capítulo LIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 182	– Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199	– O direito de pagar	11
1.200	– A liberação natural e a liberação forçada do devedor	12
1.201	– A ação de consignação em pagamento	12
1.202	– Histórico da consignação em pagamento	13
§ 183	– O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203	– Natureza do instituto da consignação	14
1.204	– Natureza processual da ação de consignação	15
1.205	– Prestações passíveis de consignação	16
1.206	– Cabimento da consignação	16
1.207	– Liquidez da prestação devida	17
1.208	– Consignação principal e incidental	20
1.209	– Legitimação <i>ad causam</i>	21
1.210	– Competência	23
1.211	– Consignação no local em que se acha a coisa devida	24
1.212	– Oportunidade da consignatória	25
1.213	– Objeto da consignação	27
1.214	– Obrigação de prestações periódicas	28
1.215	– Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	29
1.216	– Quebra da seqüência de depósitos periódicos	30
1.217	– O procedimento especial da consignatória	30
1.218	– Obrigações alternativas	32
1.219	– Valor da causa	32
1.220	– Resposta do demandado	33

1.221	– Comparecimento do credor para receber	33
1.222	– Não-comparecimento e revelia do demandado	34
1.223	– Levantamento do depósito pelo devedor	35
1.224	– Contestação	36
1.225	– Matéria de defesa	36
1.226	– Complementação do depósito insuficiente	37
1.227	– Sentença	39
1.228	– Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	39
1.229	– Particularidades da consignação por dúvida	40
1.230	– A posição dos possíveis credores	41
1.231	– Resgate da enfiteuse	42
1.231-a.	– A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	43
1.231-b.	– A consignação de obrigação em dinheiro	45
1.231-c.	– Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	46

Capítulo LIV – Ação de Depósito

§ 184	– O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232	– Conceito e espécies de depósito	49
1.233	– Ação de depósito	50
1.234	– Histórico	51
1.235	– Natureza da ação	51
1.236	– Objeto da pretensão	52
§ 185	– O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237	– Pressupostos da ação	54
1.238	– Legitimação	55
1.239	– Competência	56
1.240	– Especialidade do procedimento	56
1.241	– Caráter expedito do procedimento	57
1.242	– Prisão civil	57
1.243	– Resposta do demandado	59
1.244	– Entrega da coisa	59
1.245	– Consignação do equivalente econômico	60
1.246	– Consignação da própria coisa	60
1.247	– Contestação	61
1.248	– Sentença e execução	62
1.249	– Outras providências executivas	63
1.250	– Depositário judicial	63
1.251	– Penhor mercantil, industrial e rural	65
1.252	– Alienação fiduciária em garantia	67

Capítulo LV – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 186	– Títulos ao Portador	
1.253	– Tutela processual do título ao portador	69
1.254	– Títulos ao portador tuteláveis	69
§ 187	– Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255	– Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador	71
1.256	– Ação de reivindicação	71
1.257	– Ação de anulação e substituição	71
1.258	– Legitimação	73
1.259	– Competência	73
1.260	– Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	74

1.261	– Justificação liminar	75
1.262	– Contestação	76
1.263	– Posição processual do devedor	76
1.264	– Sentença	77
1.265	– Ordem de substituição do título	78
1.266	– Destruição do título	79

Capítulo LVI – Ação de Prestação de Contas

§ 188	– Generalidades	
1.267	– Conceito	85
1.268	– Ação de dar e ação de exigir contas	86
1.269	– Natureza jurídica	86
1.270	– Cabimento	87
1.271	– Legitimação e interesse	89
1.272	– Prestação de contas dos administradores judiciais	90
1.273	– Sociedade e prestação de contas	91
1.274	– Ações matrimoniais e prestação de contas	92
1.275	– Prestação de contas entre condôminos	93
1.276	– Organização das contas	93
1.277	– Prova das contas	93
§ 189	– Ação de Exigir Contas	
1.278	– Ação de exigir contas	95
1.279	– Procedimento da primeira fase	95
1.280	– Reconvensão	96
1.281	– Sentença da primeira fase	97
1.282	– Procedimento da segunda fase	97
1.283	– Contas elaboradas pelo autor	98
1.284	– Sucumbência	99
§ 190	– Ação de Dar Contas	
1.285	– Caráter unitário do procedimento	101
1.286	– Procedimento	101
1.287	– Sucumbência	103
§ 191	– Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288	– Sentença e execução	104

Capítulo LVII – Ações Possessórias

§ 192	– Generalidades	
1.289	– A posse e seus efeitos	107
1.290	– A razão da tutela possessória	108
1.291	– O instituto da posse e a paz social	109
1.292	– O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	111
1.293	– Natureza jurídica da posse	112
1.294	– Requisitos da tutela possessória	115
§ 193	– Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295	– Origem dos interditos possessórios	119
1.296	– As ações possessórias	120
1.297	– Competência	121
1.298	– Legitimação ativa	121

1.299	– Legitimação passiva.	122
1.299-a	– Petição inicial.	122
1.300	– Procedimento: as ações de força nova e força velha.	123
1.301	– Medida liminar.	123
1.302	– A decisão sobre a liminar.	124
1.303	– Posse de coisas e posse de direitos.	125
1.304	– O petitório e o possessório.	127
1.305	– A exceção de propriedade no juízo possessório.	130
1.306	– Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.	131
1.307	– Natureza dúplice das ações possessórias.	133
1.308	– Natureza real das ações possessórias.	134
1.309	– Natureza executiva do procedimento interdital.	135
1.310	– Cumulação de pedidos.	137
1.311	– Interdito proibitório.	138
§ 194	– Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312	– Embargos de terceiro.	140
1.313	– Medida liminar e mandado de segurança.	141
1.314	– Embargos de retenção.	142
1.315	– Nomeação à autoria e denunciação da lide.	142

Capítulo LVIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 195	– Generalidades	
1.316	– O direito de vizinhança e o direito de construir.	147
1.317	– Nunciação de obra nova.	148
1.318	– Conceito de obra nova.	150
§ 196	– Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319	– Competência.	151
1.320	– Legitimação ativa.	151
1.321	– Legitimação passiva.	153
1.322	– Participação do cônjuge.	153
1.323	– Embargo extrajudicial.	153
1.324	– Cumulação de pedidos.	154
1.325	– Embargo liminar.	155
1.326	– Prosseguimento da obra.	156
1.327	– Especialização do rito da nunciação de obra nova.	157
1.328	– Sentença e execução.	158

Capítulo LIX – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 197	– Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329	– Noção de usucapião.	161
1.330	– Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.	161
1.331	– Requisitos gerais do usucapião.	162
1.332	– Requisitos do usucapião ordinário.	167
1.333	– Requisitos do usucapião extraordinário.	169
1.334	– Requisitos do usucapião especial.	171
§ 198	– Condições de Procedibilidade	
1.335	– Legitimação ativa.	173
1.336	– Legitimação passiva.	175

1.337	– Competência	177
1.338	– Conexão e litispendência	177
§ 199	– Procedimento	
1.339	– Procedimento	179
1.340	– Petição inicial	179
1.341	– Citação	181
1.342	– Justificação preliminar	181
1.343	– Contestação	182
1.344	– Revelia	183
1.345	– Pendência de possessória	184
1.346	– Ministério Público	184
1.347	– Instrução e julgamento	185
1.348	– Sentença	185
1.349	– Coisa julgada	186
1.350	– Registro de imóveis	187
1.351	– Usucapião como matéria de defesa	188

Capítulo LX – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 200	– Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352	– Intróito	191
1.353	– Noções gerais	191
1.354	– As ações divisórias	192
1.355	– Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	192
1.356	– Caráter unitário do procedimento	193
1.357	– Procedimento	194
1.358	– Citação única	194
1.359	– Natureza da ação	195
1.360	– Competência	196
1.361	– Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	197
1.362	– Competência em caso de ações propostas separadamente	197
§ 201	– Ação de Demarcação	
1.363	– Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	199
1.364	– Legitimação passiva para a demarcação	200
1.365	– Cumulação de demarcatória e reivindicatória	201
1.366	– Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	202
1.367	– Roteiro geral do procedimento demarcatório	203
§ 202	– Ação de Divisão	
1.368	– Legitimação ativa para o procedimento divisório	206
1.369	– Legitimação passiva para a divisão	208
1.370	– Litisconsórcio passivo necessário	209
1.371	– Posição dos confrontantes na divisão	210
1.372	– Roteiro geral do procedimento divisório	211
§ 203	– Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373	– Divisão e demarcação de posse	213
1.374	– Questões possessórias	214
1.375	– Coisa julgada	214
1.376	– Rescisão do julgado divisório	216
1.377	– Exceção de prescrição	217

1.378	– Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária)	218
1.379	– Formalidades importantes no juízo divisório	219
1.380	– Inépcia da petição inicial	219
1.381	– Execução de sentença	220

Capítulo LXI – Inventário e Partilha

§ 204	– Disposições Gerais	
1.382	– Intróito	227
1.383	– Caráter contencioso do inventário	228
1.384	– Inventário negativo	228
1.385	– Competência	229
1.386	– Universalidade do foro sucessório	230
1.387	– Questões solucionáveis no juízo sucessório	230
1.388	– Administração da herança	231
1.389	– O inventariante	232
1.390	– Encargos do inventariante	233
1.391	– Remoção do inventariante	234
1.392	– Legitimação para promover o inventário	236
§ 205	– Inventário	
1.393	– Procedimento	237
1.394	– Petição inicial	237
1.395	– Primeiras declarações	237
1.396	– Citações e interveniências	238
1.397	– Impugnação dos citados	239
1.398	– Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	240
1.399	– Avaliação	241
1.400	– Últimas declarações	242
1.401	– Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	242
1.402	– Colações	243
1.403	– Sonegados	244
1.404	– Pagamento de dívidas do morto	245
§ 206	– Partilha	
1.405	– Espécies de partilha	247
1.406	– Partilha judicial. Deliberação	247
1.407	– Esboço e lançamento da partilha	249
1.408	– A sentença da partilha	250
1.409	– O formal de partilha	251
1.410	– Emenda ou retificação da partilha	251
1.411	– Pacto de não partilhar	252
§ 207	– Invalidação da Partilha	
1.412	– Ação de anulação e ação rescisória de partilha	255
1.413	– Conceituação de partilha judicial	255
1.414	– Conceituação de partilha amigável	258
1.415	– Casuismo da rescisória de partilha	258
1.416	– Ação de nulidade de partilha	259
1.416-a	– Ação de petição de herança	261
§ 208	– Arrolamento	
1.417	– Simplificação do inventário	262

1.418	– Arrolamento sumário do art. 1.031	262
1.419	– Arrolamento comum do art. 1.036.....	264
1.419-a	– Lei nº 6.858, de 24.11.80	265
§ 209	– Disposições Comuns	
1.420	– Medidas cautelares.....	266
1.421	– Sobrepartilha	267
1.422	– Curatela especial ao herdeiro.....	267
1.423	– Inventários cumulados	268
1.424	– Honorários de advogado	268
1.425	– Extinção do processo por paralisação da causa	269
1.426	– Assistência judiciária	269
1.427	– Terceiros prejudicados	270

Capítulo LXII – Embargos de Terceiro

§ 210	– Generalidades	
1.428	– Conceito	277
1.429	– Natureza jurídica	278
1.430	– Requisitos	279
1.431	– Ato judicial atacável	280
1.432	– Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	281
1.433	– Casos especiais	282
1.434	– Embargos a atos do juízo divisório	282
1.435	– Embargos do credor com garantia real	283
§ 211	– Procedimento	
1.436	– Legitimação ativa.....	285
1.437	– Legitimação passiva.....	288
1.438	– Oportunidade	289
1.439	– Competência	290
1.440	– Procedimento	290
1.441	– Sentença	292

Capítulo LXIII – Habilitação

§ 212	– Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442	– Conceito	295
1.443	– Legitimidade para requerer a habilitação.....	296
1.444	– Competência	296
1.445	– Procedimento	296
1.446	– Ação de habilitação	297
1.447	– Habilitação do adquirente e do cessionário	297
1.448	– Efeito do deferimento da habilitação	298
1.449	– Habilitação direta nos autos do processo principal	298

Capítulo LXIV – Restauração de Autos

§ 213	– Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450	– Conceito	303
1.451	– Objetivo do procedimento	304
1.452	– Legitimidade	304
1.453	– Competência	304
1.454	– Procedimento	305
1.455	– Julgamento da restauração	305
1.456	– Autos extraviados no tribunal	306

1.457	– Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	306
-------	---	-----

Capítulo LXV – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 214	– Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458	– Conceito	309
1.459	– Procedimento da execução do preço	309
1.460	– Procedimento da recuperação da própria coisa	310

Capítulo LXVI – O Juízo Arbitral

§ 215	– Procedimento da Arbitragem	
1.461	– O juízo arbitral no direito brasileiro	315
1.462	– Disposições gerais	316
1.463	– Convenção de arbitragem	317
1.464	– Cláusula compromissória	317
1.465	– Requisitos da cláusula compromissória	318
1.466	– Execução da cláusula compromissória	318
1.466-a	– Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	319
1.466-b	– Direito intertemporal	321
1.467	– Autonomia da cláusula compromissória	322
1.468	– Compromisso arbitral	322
1.469	– Extinção do compromisso arbitral	323
1.470	– Os árbitros	324
1.471	– O procedimento	324
1.472	– Medidas cautelares	325
1.472-a	– Sentença arbitral	326
1.472-b	– Requisitos da sentença arbitral	326
1.472-c	– Recursos	327
1.472-d	– Nulidade da sentença arbitral	327
1.472-e	– Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	328
1.472-f	– Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	330

Capítulo LXVII – Ação Monitória

§ 216	– Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473	– Intróito	333
1.474	– Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	333
1.475	– Em que consiste o procedimento monitorio	334
§ 217	– A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476	– Condições de admissibilidade da ação monitoria	337
1.477	– O procedimento monitorio brasileiro	337
1.478	– Objeto	339
1.479	– Legitimidade ativa	339
1.480	– Legitimidade passiva	340
1.481	– Prova	341
1.482	– Procedimento	343
1.483	– Embargos à ação monitoria	345
1.484	– Coisa julgada	346

Parte XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Capítulo LXVIII – Jurisdição Voluntária

§ 218	– Generalidades	
-------	-----------------	--

1.485	– Intróito	351
1.486	– Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	352
1.487	– A função do juiz	353
1.488	– Procedimentos	353

Capítulo LXIX – Alienações Judiciais

§ 219	– Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489	– Alienações judiciais	357
1.490	– Alienações cautelares	357
1.491	– Iniciativa da medida	358
1.492	– Casos de alienação judicial expressos em lei	358
1.493	– Leilão	358
1.494	– Avaliação prévia	359
1.495	– Publicidade	360
1.496	– Arrematação	360
1.497	– Destino do produto da alienação	360
1.498	– Custódia do produto	361
1.499	– Outros bens alienáveis judicialmente	361
1.500	– Bens indivisíveis em inventário e partilha	361
1.501	– Bens de órfãos	362
1.502	– Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	362
1.503	– Alienação irregular do bem comum indivisível	364
1.504	– Procedimento especial da adjudicação	364

Capítulo LXX – Separação Consensual

§ 220	– Procedimento da Separação Consensual	
1.505	– Noções introdutórias	369
1.506	– Natureza jurídica	369
1.507	– Requisitos	370
1.508	– Legitimação	370
1.509	– Competência	370
1.510	– Petição inicial	370
1.511	– Procedimento	372
1.512	– Sentença de homologação	373
1.513	– Reconciliação do casal	373
1.514	– Revisão e rescisão do acordo de separação	374

Capítulo LXXI – Testamentos e Codicilos

§ 221	– Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515	– Objetivo do procedimento	377
1.516	– Competência	378
1.517	– Procedimento	378
1.518	– Sentença	379
1.519	– Efeitos	379
1.520	– Busca e apreensão	379
1.521	– Testamento público	379
1.522	– Testamento particular	380
1.523	– Procedimento	381
1.524	– Testamentos marítimo e militar e codicilo	382
1.525	– Testamenteiro	382

Capítulo LXXII – Herança Jacente

§ 222	– Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
-------	--	--

1.526	– Conceito moderno de jacência da herança	385
1.527	– Competência	386
1.528	– Legitimação	386
1.529	– Procedimento	386
1.530	– A administração da herança jacente	387
1.531	– Habilitação	388
1.532	– Declaração de vacância	388

Capítulo LXXIII – Bens de Ausente

§ 223	– Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533	– Ausência	391
1.534	– Pressupostos	391
1.535	– Competência	391
1.536	– Fases do procedimento	392
1.537	– Procedimento da primeira fase	392
1.538	– Procedimento da sucessão provisória	392
1.539	– Conversão da sucessão provisória em definitiva	393

Capítulo LXXIV – Coisas Vagas

§ 224	– Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540	– Conceito	397
1.541	– Legitimação	397
1.542	– Competência	397
1.543	– Cabimento	398
1.544	– Procedimento	398

Capítulo LXXV – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 225	– Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545	– Natureza jurídica da interdição	401
1.546	– Legitimado passivo	401
1.547	– Competência	402
1.548	– Legitimidade para promover a interdição	402
1.549	– Petição inicial	403
1.550	– Procedimento	403
1.551	– Sentença	404
1.552	– Eficácia da sentença sobre atos do interditando	404
1.553	– Rescisória	405
1.554	– Levantamento da interdição	405
1.555	– Investidura dos curadores	405
1.556	– Remoção de curador	406
1.557	– Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	406

Capítulo LXXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 226	– Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558	– Conceito de fundação	409
1.559	– Procedimento da instituição da fundação	409
1.560	– Estatutos confiados à elaboração de terceiro	410
1.561	– Alteração do estatuto	410
1.562	– Extinção da fundação	411

Capítulo LXXVII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 227	– Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
-------	--	--

1.563	– Conceito de hipoteca legal	415
1.564	– Competência	416
1.565	– Legitimação	416
1.566	– Procedimento	416
1.567	– Bens insuficientes	417
1.568	– Especialização negocial	417
1.569	– Eficácia da hipoteca	417

Parte XVIII – JUIZADO ESPECIAL CIVIL

Capítulo LXXVIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 228	– Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570	– Intróito	421
1.571	– Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	422
1.572	– O Juizado Especial Civil	423
1.573	– Criação do Juizado Especial	424
1.574	– Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	424
1.575	– Princípios informativos	424
1.576	– Princípio da oralidade	425
1.577	– Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	426
1.578	– Conciliação	426
1.579	– A facultatividade do Juizado Especial	427
§ 229	– O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580	– Competência	429
1.581	– Foro competente	429
1.582	– Competência para execução forçada	430
1.583	– Limitações à competência	430
1.584	– O órgão judicante	430
1.585	– Distribuição de funções: tarefa do juiz	431
1.586	– Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	431
1.587	– O juízo arbitral	432
§ 230	– Partes	
1.588	– Legitimação <i>ad causam</i>	434
1.589	– Legitimação <i>ad processum</i>	434
1.590	– Litisconsórcio e intervenção de terceiros	435
1.591	– Intervenção do Ministério Público	435
§ 231	– Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592	– Os atos processuais e sua forma	436
1.593	– O procedimento	436
1.594	– A propositura da ação	437
1.595	– Citações e intimações	437
1.596	– Requisitos da citação	438
1.597	– Intimações	438
1.598	– A audiência de conciliação, instrução e julgamento	438
1.599	– A resposta do réu	439
1.600	– As provas	440
§ 232	– A Sentença e os Recursos	
1.601	– A sentença	441

1.602	– Recursos	441
1.603	– Extinção do processo	443
§ 233	– Execução e Disposições Especiais	
1.604	– Execução forçada	445
1.605	– As despesas processuais no Juizado Especial Civil	446
1.606	– Curadorias e assistência judiciária	447
1.607	– Acordos extrajudiciais	447
1.608	– Ação rescisória	447
1.609	– Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	447

Capítulo LXXIX – O Juizado Especial Federal

§ 234	– As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610	– A instituição do Juizado Especial Federal	451
1.611	– Disciplina legal	451
1.612	– Princípios informativos	451
1.613	– Competência absoluta	452
§ 235	– Órgão Judicante	
1.614	– Composição do órgão julgante	453
1.615	– Sessão de conciliação	453
1.616	– Competência	453
1.617	– Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	453
§ 236	– Partes	
1.618	– Legitimação	455
1.619	– Intervenção de terceiros e litisconsórcio	455
1.620	– Ministério Público	455
1.621	– <i>Jus postulandi</i> e representação das partes	455
§ 237	– Atos Processuais e Procedimento	
1.622	– Princípios	457
1.623	– Atos de comunicação processual	457
1.624	– Uso de meios eletrônicos	457
1.625	– Prazos	458
1.626	– Petição Inicial	458
1.627	– Resposta	458
1.628	– Exceções	458
1.629	– Sessão de conciliação	458
1.630	– Instrução probatória	459
1.631	– A sentença e as máximas de experiência	459
1.632	– Reexame necessário	460
§ 238	– Sistema Recursal	
1.633	– Recursos no Juizado Especial	461
1.634	– Recurso especial e recurso extraordinário	461
1.635	– Incidente de uniformização de jurisprudência	462
§ 239	– Execução e Medidas Preventivas	
1.636	– Execução	463
1.637	– Medidas cautelares	463
1.638	– Antecipação de tutela	464

Parte XIX – ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DISCIPLINADOS FORA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Capítulo LXXX – Ações Constitucionais

§ 240	– A Constituição e o Processo	
-------	-------------------------------	--

1.639	– O direito processual constitucional	469
1.640	– Os fundamentos do direito processual constitucional	469
§ 241	– Mandado de Segurança	
1.641	– Conceito	471
1.642	– Natureza da ação	471
1.643	– Legitimação ativa	472
1.644	– Legitimação passiva	472
1.645	– Ato de autoridade judicial	473
1.646	– Litisconsórcio	474
1.647	– Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	474
1.648	– Procedimento	475
1.649	– Liminar	475
1.650	– Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	476
1.651	– Competência	476
1.652	– Sentença e coisa julgada	477
§ 242	– Mandado de Segurança Coletivo	
1.653	– Conceito	478
1.654	– Legitimação ativa	478
1.655	– Legitimação passiva	479
1.656	– Procedimento e competência	480
§ 243	– Mandado de Injunção	
1.657	– Conceito	481
1.658	– Objeto	481
1.659	– Pressupostos	481
1.660	– Legitimação	482
1.661	– Competência	482
1.662	– Procedimento	483
§ 244	– <i>Habeas Data</i>	
1.663	– Conceito	484
1.664	– Natureza jurídica	484
1.665	– Legitimidade e interesse	485
1.666	– Objeto do <i>habeas data</i>	485
1.667	– Competência	486
1.668	– Procedimento	486
1.669	– Cumprimento da sentença	487
1.670	– Coisa julgada	487
§ 245	– Ação Popular	
1.671	– Conceito	489
1.672	– Requisitos	489
1.673	– Atos atacáveis pela ação popular	490
1.674	– Legitimação	490
1.675	– Procedimento	491
1.676	– Sentença	491
1.677	– Coisa julgada	492
1.678	– Execução	492

Capítulo LXXXI - Ações Coletivas

§ 246	– Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	
1.679	– Histórico	493
1.680	– Direito material coletivo e direito processual coletivo	494
1.681	– Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	494
1.682	– Ações coletivas possíveis após o CDC	495

1.683	– Legitimação	496
1.684	– O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	497
1.685	– Competência	499
1.686	– Procedimento	500
1.687	– Liminar	500
1.688	– Coisa julgada	500
1.689	– Execução	501

Capítulo LXXXII - Ações Locatícias

§ 247	– Generalidades	
1.690	– Dos procedimentos e suas disposições gerais	503
1.691	– Tramitação durante as férias forenses	503
1.692	– Competência do <i>forum rei sitae</i>	504
1.693	– Valor da causa	504
1.694	– Atos de comunicação processual	505
1.695	– Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	505
§ 248	– Ação de Despejo	
1.696	– Natureza	507
1.697	– A força executiva do procedimento	508
1.698	– A liminar na ação de despejo	509
1.699	– Legitimação	510
1.700	– Documentação da petição inicial	510
1.701	– Concordância do locatário com a pretensão do locador	511
1.702	– Denúncia vazia	511
1.703	– Denúncia cheia	511
§ 249	– Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704	– Cabimento	512
1.705	– Conseqüência da cumulação de pedidos	512
1.706	– Purga da mora	513
1.707	– Reiteração abusiva da purga da mora	514
1.708	– Purga da mora e contestação	514
§ 250	– Execução da Sentença de Despejo	
1.709	– Desocupação voluntária	515
1.710	– Execução forçada	515
1.711	– Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	516
1.712	– Execução provisória e caução	516
1.713	– Abandono do imóvel pelo locatário	517
§ 251	– Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714	– Cabimento	518
1.715	– Legitimação	518
1.716	– Pressupostos	519
1.717	– Procedimento	519
1.718	– Petição inicial	519
1.719	– Depósito judicial	520
1.720	– Prestações vincendas	520
1.721	– Revelia	520
1.722	– Contestação	520
1.723	– Reconvenção	520
1.724	– Complementação do depósito após a contestação	521
1.725	– Levantamento do depósito	521
§ 252	– Ação Revisional de Aluguel	
1.726	– Cabimento	522

1.727	– Natureza	522
1.728	– Legitimação	522
1.729	– Procedimento	523
1.730	– Petição inicial	523
1.731	– Aluguel provisório	523
1.732	– Contestação	524
1.733	– Sentença	524
1.734	– Verbas da sucumbência	525
1.735	– Execução de sentença	525
1.736	– Acordo de desocupação	525
§ 253	– Ação Renovatória	
1.737	– Cabimento	526
1.738	– Natureza jurídica	527
1.739	– Legitimação	527
1.740	– Procedimento	528
1.741	– Petição inicial	528
1.742	– A defesa do locador	531
1.743	– Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	531
1.744	– Defesa baseada no valor real da locação	531
1.745	– Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	532
1.746	– Retomada para construção ou reconstrução	532
1.747	– Retomada para uso próprio	533
1.748	– Aluguel provisório	533
1.749	– Sentença	534
1.750	– Sentença de retomada	534
1.751	– Execução de sentença	535
1.752	– Indenização de perdas e danos	535
<i>Bibliografia</i>		537
<i>Índice Onomástico</i>		543
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>		547
<i>Índice dos Fluxogramas</i>		565